

ao quinquênio de 11/11/2015 a 11/11/2020, a ser usufruído no momento oportuno. Façam-se as anotações e comunicações pertinentes. Após, archive-se o presente feito, com as cautelas de estilo. Cumpra-se. (Documento assinado digitalmente) LUCIANA BRAGA SIMÃO TOMAZETTI - Juíza Diretora do Foro.
Paranatinga, 11 de agosto de 2021.
ALCIENE APARECIDA NUNES SACRAMENTO
Gestora Geral de 2ª Entrância

INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS

Nº DO PROCESSO CIA: 0732074-19.2021.8.11.0044

ESPÉCIE: PROCESSO ADMINISTRATIVO->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PARTE AUTORA: ROSELY BORDIM

INTIMAÇÃO de terceiros interessados da r. sentença do andamento n.5 a seguir transcrita: "Autos CIA 0732074-19.2021.8.11.0044 - Visto. Rosely Bordim, Auxiliar Judiciária, matrícula 9162, lotada na Secretaria da Primeira Vara desta Comarca, portadora do CPF 395.847.631-72, ingressou na Diretoria do Foro com pedido de Concessão de Licença-Prêmio atinente ao quinquênio do período 01/08/2016 a 01/08/2021. O pedido está instruído com certidão da Gestora Administrativa constando informações sobre a vida funcional da pleiteante. A seguir, vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. O pedido está respaldado nos termos da Lei Complementar nº 04, de 15.10.1990, que determina in verbis: "Art 109. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual, o servidor civil e militar fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo, mão permitida sua conversão em pecúnia ou contagem de tempo em dobro para fins de aposentadoria. § 1º (...) § 2º. É facultado ao servidor fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença. Artigo 110. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo: I- Sofrer penalidade disciplinar de suspensão; II- Afastar-se do cargo em virtude de: a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração; b) Licença para tratar de interesses particulares; c) Condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva. d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro. Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada três faltas." Encontra-se encartada no pedido, certidão expedida pela Gestora Administrativa deste Fórum com as respectivas informações sobre a vida funcional da pleiteante. Verifica-se, portanto, que os requisitos legais foram preenchidos para acolhimento do pedido. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, e de consequência CONCEDO à servidora Rosely Bordim, matrícula n. 9162, lotada nesta Comarca, a devida averbação do direito a 03 (três) meses de licença-prêmio, concernente ao quinquênio de 01/08/2016 a 01/08/2021, a ser usufruído no momento oportuno. Façam-se as anotações e comunicações pertinentes. Após, archive-se o presente feito, com as cautelas de estilo. Cumpra-se. (Documento assinado digitalmente) LUCIANA BRAGA SIMÃO TOMAZETTI - Juíza Diretora do Foro.
Paranatinga, 11 de agosto de 2021.

ALCIENE APARECIDA NUNES SACRAMENTO
Gestora Geral de 2ª Entrância

INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS

Nº DO PROCESSO CIA: 0731804-92.2021.8.11.0044

ESPÉCIE: PROCESSO ADMINISTRATIVO->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PARTE AUTORA: IOLANDA PEREIRA BARREIRA CABRAL

INTIMAÇÃO de terceiros interessados da r. sentença do andamento n.4 a seguir transcrita: "Autos CIA 0731804-92.2021.8.11.0044. Visto. Iolanda Pereira Barreira Cabral, Auxiliar Judiciária, matrícula 9163, lotada na Central de Distribuição desta Comarca, portadora do CPF 550.441.311.72, ingressou na Diretoria do Foro com pedido de Concessão de Licença-Prêmio atinente ao quinquênio do período 02/08/2016 a 02/08/2021. O pedido está instruído com certidão da Gestora Administrativa constando informações sobre a vida funcional da pleiteante. A seguir, vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. O pedido está respaldado nos termos da Lei Complementar nº 04, de 15.10.1990, que determina in verbis: "Art 109. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual, o servidor civil e militar fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo, mão permitida sua conversão em pecúnia ou contagem de tempo em dobro para fins de aposentadoria. § 1º (...) § 2º. É facultado ao servidor fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença. Artigo 110. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo: I- Sofrer penalidade disciplinar de suspensão; II- Afastar-se do cargo em virtude de: a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração; b) Licença para tratar de interesses particulares; c) Condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva. d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro. Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada três faltas." Encontra-se encartada no pedido, certidão expedida pela Gestora Administrativa deste Fórum com as respectivas informações sobre a vida funcional da pleiteante. Verifica-se, portanto, que os requisitos legais

foram preenchidos para acolhimento do pedido. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, e de consequência CONCEDO à servidora Iolanda Pereira Barreira Cabral, matrícula n. 9163, lotada nesta Comarca, a devida averbação do direito a 03 (três) meses de licença-prêmio, concernente ao quinquênio de 02/08/2016 a 02/08/2021, a ser usufruído no momento oportuno. Façam-se as anotações e comunicações pertinentes. Após, archive-se o presente feito, com as cautelas de estilo. Cumpra-se. Paranatinga/MT, 6 de agosto de 2021. (Documento assinado digitalmente) LUCIANA BRAGA SIMÃO TOMAZETTI - Juíza Diretora do Foro.
Paranatinga, 11 de agosto de 2021.

ALCIENE APARECIDA NUNES SACRAMENTO
Gestora Geral de 2ª Entrância

Comarca de Pontes e Lacerda

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N. 86/2021-CNPar

O Doutor Cláudio Deodato Rodrigues Pereira, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, e uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora Marta Cristina Volpato Basilio, matrícula 4825, gestora judiciária titular da Primeira vara apresentou atestado de 30 (trinta) dias, por motivo de licença médica para tratamento de saúde em pessoa família, no período de 02/08/2021 a 31/08/2021.

RESOLVE:

Lotar o servidor Caio Alves Arantes, Analista judiciário, na Primeira Vara desta Comarca, a partir de 02/08/2021.

Designar o servidor Caio Alves Arantes, matrícula 41083, Analista Judiciário, Gestor judiciário da Primeira Vara, no período de 02.08.2021 a 31.08.2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Pontes e Lacerda, 10 de agosto de 2021

(assinado eletronicamente)

Cláudio Deodato Rodrigues Pereira

Juiz de Direito e Diretor do Foro

Primeira Entrância

Comarca de Alto Garças

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 037/2021/DF

A Doutora Angela Maria Janczeski Góes – MMª Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Alto Garças - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.878 em 15.12.2020 e publicado em 16.12.2020, que dispõe sobre o credenciamento de profissionais nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e Médica, no âmbito da Justiça de 1ª Instância Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Apoio para o processo Seletivo para credenciamento de Psicólogo da Comarca de Alto Garças, nomeando os seguintes Membros:

Angela Maria Janczeski Góes – Presidente

Regilene Cajango de Oliveira – Vice-Presidente

Sueli dos Santos Lopes Rinaldi – Membro

Adeuzair Francisca dos Anjos – Membro

Ednar da Silva Prates David – Membro

Art. 2º - P. R. Cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado.

Alto Garças, 11 de agosto de 2021.

Angela Maria Janczeski Góes

Juíza de Direito - Diretora do Foro

EDITAL N.º 01/2021-DF

A Excelentíssima Senhora Doutora Angela Maria Janczeski Góes, Juíza de Direito e Diretora do Foro desta Comarca de Alto Garças/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.878 em 15.12.2020 e publicado em 16.12.2020, TORNAR PÚBLICO, para ciência dos interessados, a abertura de processo seletivo com a finalidade de credenciar Pessoas

Físicas nas áreas de Psicologia cujo procedimento obedecerá às regras estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Constitui objeto do presente certame, o credenciamento de profissional para atuar na área de Psicologia na Comarca de Alto Garças, na forma de cadastro de reserva e/ou em conformidade com o quadro do Anexo V.

1.2. O processo seletivo será regido por este edital e seus anexos, sob a coordenação, operacionalização e acompanhamento da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, instituída por meio da Portaria n. 37/2021-DF, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

1.2.1. Angela Maria Janczeski Góes – Juíza de Direito e Diretora do Foro de Alto Garças/MT;

1.2.2. Regilene Cajango de Oliveira - Gestora Geral de 1ª Entrância;

1.2.3. Sueli dos Santos Lopes Rinaldi - Gestora Administrativo 3;

1.2.4. Ednar da Silva Prates David - Distribuidora.

2. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

2.1. O Processo Seletivo será composto pelas seguintes fases:

a) Divulgação do edital;

b) Inscrição dos interessados, com a inserção dos documentos nos termos dos itens 5.1 e 5.2;

c) Análise da documentação e do currículo;

d) Divulgação dos interessados habilitados;

3. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 16/08/2021 a 31/08/2021, na exclusivamente por meio do eletrônico, através do PAV (Protocolo Administrativo - TJMT), nos termos do artigo 4º do Provimento n. 61/2020-CM, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.1.1. Não serão aceitas outras formas de inscrições;

3.1.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição;

3.1.3. Será admitida somente uma inscrição por candidato;

3.1.4. Será analisado pela Comissão somente o primeiro requerimento de inscrição apresentado, não sendo considerado outras inscrições ou documentos apresentados posteriormente.

3.2. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto (RG, CPF, data de nascimento), bem como em virtude de ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo, no Diário da Justiça Eletrônico.

4. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

4.1 São requisitos para credenciamento de Assistentes Sociais e Psicólogos de que trata o Provimento n. 61/2020-CM:

a) Ter sido selecionado no Processo Seletivo;

b) Ser maior de 21 (vinte um) anos;

c) Não possuir antecedentes criminais;

d) Não exercer cargo público inacumulável;

e) Não ter credenciamento anterior com o Poder Judiciário Estadual, ou estar descredenciado há, no mínimo, 01 (um) ano

f) Ser bacharel em Serviço Social e/ou Psicologia, por instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e com registro no Conselho Regional na respectiva área profissional, devendo apresentar certificado de curso específico/formação/especialização caso a vaga exija;

4.1.2. Dos requisitos específicos para o credenciamento

a) Ser bacharel em Serviço Social e/ou Psicologia, por instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e com registro no Conselho Regional na respectiva área profissional;

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. O requerimento (Anexo I), a ser protocolado virtualmente, conforme disposto no item 3 deste edital e deverá estar instruído com as seguintes peças:

a) Ficha cadastral - Anexo II;

b) Declaração acerca da veracidade das informações prestadas e de pleno conhecimento e concordância com os termos deste edital, sob as penas da lei – Anexo III;

c) Declaração de relação de parentesco - Anexo IV;

d) Documentação indicada no subitem 5.2.

5.2 Com o requerimento, o interessado deverá anexar o currículo e a documentação relacionada a seguir em formato PDF, em alta resolução e em versão colorida, juntamente com o requerimento de inscrição (item 5.1):

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH válida, categoria B ou superior;

d) Certidões negativas criminais expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, primeiro e segundo graus de jurisdição;

e) Cópia do diploma de curso superior;

f) Cópia dos títulos e documentos exigidos no subitem 4.1 em relação a cada área profissional;

g) Certidão negativa expedida pelo Conselho Regional correspondente à profissão do candidato;

h) Atestado de sanidade física e mental;

i) Duas fotografias 3x4 recentes;

j) Declaração acerca de existência de outras ocupações (empregos, cargos públicos, etc), e carga horária do respectivo vínculo;

5.2.1. O Presidente da Comissão poderá determinar ao candidato a apresentação dos documentos originais à Comissão para conferência.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. O processo de seleção dos candidatos inscritos será realizado por meio de análise de currículo, efetuado pela Diretoria Do Fórum da Comarca de Alto Garças, sendo a nota composta da seguinte forma:

6.1.1. O tempo de serviço público e experiência profissional, na área específica de credenciamento após a graduação, os pontos atribuídos serão contados da seguinte forma:

a) O tempo de serviço público tem o valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 2 (dois) pontos;

b) O tempo de experiência profissional tem o valor de 0,5 (meio) de ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 3 (três) pontos;

6.1.1.2. O tempo de serviço público excedente, não utilizado no subitem 6.1.1, letra "a", poderá ser aproveitado sob as regras do subitem 6.1.1 letra "b";

6.1.1.3. A pontuação a título de serviço público e experiência profissional não pode exceder aos 5 (cinco) pontos previstos.

6.1.2. A formação acadêmica serão atribuídos 5 (cinco) pontos, excluído o título de graduação requerido para o credenciamento, contados da forma seguinte:

a) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 3 (três) pontos;

b) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, são atribuídos 2 (dois) pontos;

c) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, é atribuído 1 (um) ponto;

d) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,5 (meio) ponto;

e) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,5 (meio) ponto;

f) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, que não seja da área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto;

Op>g) À participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área de atendimento à pacientes portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez;

h) À participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez.

6.1.3. A pontuação a título de formação acadêmica não pode exceder aos 5 (cinco) pontos previstos.

6.1.4. É ônus do candidato a produção de prova documental idônea de cada título, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim, devendo o profissional, no momento oportuno, anexar certificados, certidões e ou declarações devidamente assinadas pelas entidades ou órgãos a que esteve vinculado ou que cumpriu o curso de extensão, graduação, entre outros.

6.1.5. Somente serão apreciados os títulos entregues no prazo e forma estabelecidos neste edital.

6.2. Na aferição da pontuação dos candidatos Assistentes Sociais e Psicólogos, não poderá ultrapassar o total de 10 (dez) pontos, consoante subitens 6.1.1., letra "a" e "b", e 6.1.3., na ocorrência de empate na pontuação de candidatos, será priorizado aquele que tiver:

a) Maior idade, nos termos do artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003;

b) Maior tempo de exercício na função de jurado, conforme dispõe o artigo 440, do Decreto-Lei n. 3.689/1941;

c) Maior nota referente ao tempo de experiência profissional, conforme dispõe o subitem 6.1.1.;

d) Maior nota referente à formação acadêmica, conforme dispõe o subitem 6.1.2. deste edital;

6.3. Serão considerados habilitados, ao credenciamento, os candidatos que atenderem as exigências deste edital e do Provimento n. 61/2020-CM.

7. DO RECURSO

7.1. Serão admitidos recursos, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação do resultado final do processo seletivo no Diário da Justiça Eletrônico - MT.

7.2. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser interpostos somente por meio do endereço eletrônico PAV (Protocolo Administrativo - TJMT), conforme prazo estabelecido no subitem 7.1.

7.3. Os recursos serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os habilitados serão credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, nos termos do Provimento n. 61/2020-CM.

8.2. O prazo de validade do Processo Seletivo, de que trata este edital, será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, que se dará automaticamente, contado o prazo da data da publicação da decisão de homologação.

9. DOS DEVERES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS



9.1. São deveres dos profissionais credenciados:

- Assegurar às partes igualdade de tratamento;
- Atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;
- Manter rígido controle dos processos em seu poder, zelando pelo sigilo profissional, em especial nos feitos que tramitam sob segredo de justiça;
- Cumprir rigorosamente as normas estabelecidas na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça (CNGC) e as determinações judiciais;
- Cumprir com pontualidade e não se ausentar injustificadamente antes de seu término, nem deixar de atender as emergências;
- Tratar com urbanidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados, Testemunhas, Servidores e Auxiliares da Justiça;
- Manter conduta irrepreensível na vida pública e particular;
- Utilizar trajes compatíveis com o decoro judiciário;
- Participar de treinamento e aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas de atendimento eficientes às partes, promovidos pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Conselho Nacional de Justiça e/ou outro curso/treinamento indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial ou Juiz Titular da Vara Judicial;
- Observar o cumprimento das normas previstas no Código de Ética Profissional de cada área de atuação.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

10.1. São atribuições do profissional de Psicologia:

a) No Juizado Especial Criminal:

- Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;
- Atuar em processos judiciais elaborando laudos e pareceres psicológicos, quando designado;
- Participar, quando determinado, de audiência para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia;
- Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico às partes e seus familiares;
- Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes e seus familiares;
- Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, quando necessário;
- Encaminhar e orientar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal, e acompanhar o tratamento até o término da medida socioeducativa;
- Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;
- Atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência e dependência química;
- Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas nos autos;
- Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica;
- Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de atividades inerentes às atividades da profissão de psicólogo;
- Realizar pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito;
- Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;
- Trabalhar em equipe multidisciplinar;
- Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

b) Nas Varas Judiciais Cíveis e Criminais:

- Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;
- Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às partes envolvidas nos processos das Varas de Família e Crime e da Diretoria Administrativa, determinados pelos Juízes e Diretor do Fórum, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;
- Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes, recomendando a inclusão nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecido pelos governos municipal, estadual e/ou federal, acompanhando o tratamento até a sua alta;
- Realizar acompanhamento psicológico às partes, quando solicitado pelos juízes;
- Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;
- Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessário;
- Realizar visitas domiciliares às partes, bem como nas instituições, escolas, vizinhanças, entre outros;
- Prestar informações em audiência, quando intimado;
- Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo, solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;
- Realizar perícias psicológicas, quando determinadas;
- Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;
- Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Judiciais;

XIII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

c) Nas Varas Especializadas da Infância e Juventude:

- Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência contra a criança e o adolescente, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz e às partes;
- Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e aos adolescentes;
- Recomendar o encaminhamento e a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até sua alta;
- Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;
- Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;
- Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;
- Elaborar estudos psicológicos das situações que digam respeito às crianças, aos adolescentes e às famílias, submetidos à competência das Varas Judiciais ou Juizados da Infância e da Juventude;
- Realizar outras atividades correlatas à sua especialidade, por determinação de autoridade judiciária, inclusive em processos relacionados com o Direito de Família e Criminais, quando necessário;
- Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessários;
- Realizar visitas domiciliares para conhecer os aspectos psicológicos concernentes à dinâmica familiar da criança e do adolescente;
- Prestar informações em audiência, quando intimado;
- Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;
- Colaborar na implantação dos projetos afetos à infância e adolescência;
- Realizar entrevistas para avaliar candidatos à adoção, procedendo ao cadastro das pessoas aptas a adotar;
- Acompanhar os casos de colocação em lares substitutos;

XVI. Orientar os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas;

XVII. Realizar, em casos específicos, testes psicológicos e/ou avaliação terapêutica;

XVIII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XIX. Desenvolver atividades de pesquisa, estudos, planejamento e execução de projetos relacionados com a área de psicologia;

XX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

d) Nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:

- Elaborar parecer de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;
- Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas à ofendida, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;
- Sugerir o encaminhamento e, se necessário, como medida de urgência, encaminhar a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual ou federal e acompanhar o encaminhamento;
- Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;
- Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência, e aos filhos, se necessário;
- Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;
- Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas, seus familiares e vizinhos; e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;
- Prestar informações em audiência, quando intimado;
- Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo, solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;
- Realizar perícias psicológicas, quando determinadas pelo Juiz;
- Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
- Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;
- Participar de projetos e programas que visem a divulgação das ações preventivas da Lei n. 11.340/2006, "Maria da Penha";
- Analisar, identificar, quantificar e qualificar, sempre que possível, os índices e motivos determinantes que levam à reincidência;

XV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

e) Na Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPA:

I. Avaliar as condições intelectuais e emocionais de partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;

II. Atuar em processos judiciais elaborando laudos e pareceres psicológicos, quando designado;

III. Prestar informações em audiência, quando intimado;

IV. Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico das partes e seus familiares;

V. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes e seus familiares;

VI. Encaminhar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até o término da medida socioeducativa;

VII. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe;

VIII. Realizar visitas domiciliares às partes e/ou institucionais, entre outros;

IX. Atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência e dependência química;

X. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas;

XI. Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica;

XII. Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de atividades inerentes à Psicologia;

XIII. Realizar pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito;

XIV. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

10.2. São atribuições do Assistente Social:

a) No Juizado Especial Criminal:

I. Assessorar o Magistrado no atendimento às partes, quando solicitado, nas questões relativas aos fenômenos sociocultural, econômico e familiar;

II. Realizar estudos sobre os elementos componentes da dinâmica familiar, das relações interpessoais e intragrupais, e das condições econômicas das partes para possibilitar a compreensão dos processos interativos detectados nos ambientes em que vivem;

III. Prestar assistência e/ou atendimento humanizado de forma integral a todas as partes envolvidas no procedimento e encaminhar para a Rede de Atendimento (Pública, ONGs, Grupo de Apoio, entre outros), quando necessário, por determinação da autoridade judicial;

IV. Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, quando necessária;

V. Realizar estudos sociais e apresentar parecer técnico, nos casos a ele submetidos, inclusive se houver menores e idosos, recomendando ao Juiz o encaminhamento dos autos às instâncias competentes, caso haja necessidade;

VI. Conhecer e relacionar a rede de recursos sociais existentes para encaminhar, orientar indivíduos e grupos a identificar e fazer uso desses recursos no atendimento de seus interesses e objetivos;

VII. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades;

VIII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

b) Nas Varas Cíveis e Criminais:

I. Elaborar estudo social relativo às partes nos processos das Varas de Família, Criminais, Precatórias, Diretoria Administrativa, determinados pelos Juízes e Diretor do Fórum, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;

III. Realizar visitas à residência das partes, bem como às instituições, escolas, vizinhanças, entre outros, quando determinado judicialmente;

IV. Prestar orientação e assistência social às partes;

V. Entrevistar as vítimas e agressores, dando-lhes a necessária assistência;

VI. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

VII. Realizar perícias sociais, quando determinado, e elaborar os respectivos estudos sociais das situações que digam respeito às partes e familiares, relacionados com os processos cíveis e criminais;

VIII. Efetuar averiguações in loco e elaborar relatórios relacionados com os processos cíveis e criminais;

IX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

c) Nas Varas Especializadas da Infância e Juventude:

I. Elaborar estudo social relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência contra a criança e ao adolescente, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;

III. Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas para conhecer a realidade sociofamiliar da criança e do adolescente, bem como dos familiares

e vizinhos; e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;

IV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados para fins de controle estatístico;

V. Colaborar na implantação dos projetos afetos à infância e adolescência;

VI. Efetuar entrevistas para avaliar candidatos à adoção, procedendo ao cadastro das pessoas aptas a adotar;

VII. Manter atualizada a relação de crianças e de adolescentes abrigados, informando trimestralmente à Comissão Judiciária de Adoção – CEJA/TJ;

VIII. Acompanhar os Oficiais de Justiça na busca e apreensão de crianças;

IX. Acompanhar os casos de colocação em lares substitutos;

X. Orientar os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas;

XI. Realizar outras atividades correlatas à sua especialidade, por determinação de autoridade judiciária;

XII. Prestar assessoria aos Juízes, especialmente em matéria da Infância e Juventude;

XIII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

XIV. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

XV. Efetuar averiguações in loco e elaborar relatórios correspondentes nos processos relacionados com a infância e com a juventude, por determinação de autoridade judiciária, inclusive em processos relativos ao direito de família e criminais, quando necessário;

XVI. Atender ao público nas questões alusivas à justiça gratuita, a fim de instruir futuros pedidos de registro de nascimento e de óbito tardios, e outros expedientes de caráter social e previdenciário;

XVII. Desenvolver atividades de pesquisa, estudos, planejamento e execução de projetos relacionados com a área de serviço social;

XVIII. Prestar assessoria, por determinação judicial, às instituições que abriguem crianças e adolescentes;

XIX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

d) Das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:

Opt">I. Elaborar estudo social relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de acolhimento, orientação, prevenção, encaminhamento e outras medidas destinadas à ofendida, a seu agressor e aos familiares;

III. Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas, bem como aos familiares e vizinhos, e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;

IV. Entrevistar as vítimas, agressores, familiares, vizinhos e/ou testemunhas, dando-lhes a necessária assistência;

V. Prestar assistência social às vítimas de violência e a seus agressores, encaminhando-os para programas sociais, de acordo com a necessidade específica, e acompanhando-os;

VI. Trabalhar em equipe multidisciplinar;

VII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

VIII. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

IX. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência e aos filhos, se necessário;

X. Prestar informações em audiência, quando intimado;

XI. Participar de projetos e programas que visem a divulgação das ações preventivas da Lei n. 11.340/2006, "Maria da Penha";

XII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

e) Na Central de Penas e Medidas Alternativas - CEPA:

I. Assessorar o magistrado no atendimento às partes, quando solicitado, nas questões relativas aos fenômenos sociocultural, econômico e familiar;

II. Elaborar estudo social sobre os elementos componentes da dinâmica familiar, das relações interpessoais e intragrupais e das condições econômicas das partes para possibilitar a compreensão dos processos interativos detectados nos ambientes em que vivem;

III. Prestar assistência e/ou atendimento humanizado de forma integral a todas as partes envolvidas no procedimento e encaminhar para a Rede de Atendimento (Pública, ONGs, Grupo de Apoio, entre outros), quando necessário, por determinação da autoridade judicial;

IV. Realizar visitas domiciliares ao ofendido e às partes envolvidas, e/ou institucionais, quando necessário;

V. Realizar estudos sociais e apresentar parecer técnico, nos casos a ele submetidos, inclusive se houver menores e idosos, recomendando ao Juiz o encaminhamento dos autos às instâncias competentes, caso haja necessidade;

VI. Conhecer e relacionar a rede de recursos sociais existentes para encaminhar, orientar indivíduos e grupos a identificar e fazer uso destes no atendimento de seus interesses e objetivos;

VII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;



VIII. Analisar, identificar, quantificar e qualificar, sempre que possível, os índices e motivos determinantes que levam à reincidência;
IX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O profissional credenciado para atuar nas áreas de Serviço Social e Psicologia será remunerado por abono variável, de cunho puramente indenizatório, por sua atuação em favor do Estado, sem prejuízo das demais atividades próprias do exercício da função (averiguações in loco, visitas domiciliares, atendimento ao público, informações verbais em audiência, entre outros), observando-se o teto equivalente a 80% (oitenta por cento) do subsídio do cargo efetivo de Analista Judiciário, previsto na Tabela A, Nível 1.
11.2. A prestação dos serviços será aferida através da atividade desempenhada, a qual será remunerada em conformidade com o grau de complexidade e apresentada em forma unitária (informativo, parecer, estudo, laudo, relatório, etc); será indenizada na forma do item 11.1 até o limite ali estabelecido.

11.3. A retribuição pecuniária envolvendo a participação do profissional em cursos, treinamentos e palestras se dará apenas quando forem organizados pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Conselho Nacional de Justiça, ou quando indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial e Juiz Titular da Vara Judicial.

11.4. A quantificação em valores, acerca do produto oferecido pelo profissional credenciado ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, será calculada na forma do ANEXO I, constante do Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.878 em 15.12.2020 e publicado em 16.12.2020, até o limite estabelecido no item 11.1 deste edital.

11.5. O profissional que se recusar a prestar qualquer serviço indispensável ao regular andamento do processo ou das demais atividades forenses, ou negligenciar nesse sentido, estará sujeito ao descredenciamento.

11.6. Somente serão remunerados os atos praticados após o credenciamento dos profissionais.

11.7. Os atos remunerados serão apenas os praticados durante o mês, não se permitindo a cumulação, quando se tenha ultrapassado o teto máximo. Havendo necessidade devidamente justificada pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial ou da Vara Judicial, de atuação em processos que demandem grau de urgência devidamente enquadrado nas hipóteses elencadas por este sodalício e pelo Conselho Nacional de Justiça (Réu Preso, criança e adolescente, idoso, etc.) poderá o profissional ser indenizado em mês subsequente, caso seu teto indenizatório naquele respectivo período já tenha sido atingido.

11.8. Até o último dia útil do mês trabalhado, deverá o profissional inserir junto ao Sistema de Informação correspondente – hoje o Sistema GPSEm – os produtos (informativo, parecer, estudo, laudo, relatório, etc.) realizados para a devida certificação pelo Gestor e pelo Juízo Diretor do Foro e, até o quinto dia útil do mês subsequente, a nota fiscal, a Guia de Imposto Sobre Serviços devidamente recolhida, sob pena de descredenciamento, em caso de intempestividade ou inconsistência, na forma do art. 14, IV do Provimento n. 61/2020-CM.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os profissionais que serão credenciados estarão sujeitos às normativas especificadas pelo Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.878 em 15.12.2020 e publicado em 16.12.2020.

12.2. Os credenciados ficam sujeitos à responsabilização civil e penal pelos atos que, nessa condição, praticarem.

12.3. Os profissionais credenciados são profissionais autônomos, e seu credenciamento não gera nenhum direito imediato ou futuro de contratação, tão somente o habilita a atender a atividades profissionais de prestação de serviço, sem vínculo empregatício, cujos pagamentos deverão ser feitos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, nos termos do §4º do artigo 20 do Provimento n. 61/2020-CM.

12.4. Os documentos entregues no momento da inscrição não serão devolvidos.

12.5. Este edital poderá ser impugnado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, devendo a impugnação ser encaminhada por meio do PAV (Protocolo Administrativo - TJMT), nos termos da Portaria n. 425/2020-PRES, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico - MT n. 10.773, de 13/07/2020.

12.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

12.7. Fazem parte deste Edital:

a) ANEXO I - requerimento de inscrição;

b) ANEXO II - ficha de inscrição;

c) ANEXO III - declaração de que tem pleno conhecimento e concorda com as regras estabelecidas neste edital e no Provimento n. 61/2020-CM;

d) ANEXO IV - declaração e parentesco;

e) ANEXO V - quadro de vagas.

12.8. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é que foi expedido o presente edital.

Alto Garças/MT, 11 de outubro de 2021.

Angela Maria Janczeski Góes

Juiz de Direito e Diretor do Foro

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N. 29/2021-CNPAR

O Doutor FERNADO KENDI ISHIKAWA, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, e uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a determinação constante do Expediente CIA nº 0035705-47.2021.8.11.0000 oriunda da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, bem como a solicitação efetuada através do ofício 299/2021-DP-DMP, de 02 de Agosto de 2021, para formação da Comissão Permanente de Inventário e Bens Inservíveis (COMPIBI) da Comarca de Feliz Natal;

CONSIDERANDO as disposições inseridas no inciso II, do art. 47 da Portaria nº 726/2020-C.ADM, de 26 de Novembro de 2020 e a Instrução Normativa SPA nº. 01/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. CONSTITUIR a Comissão Permanente de Inventário e Bens Inservíveis (COMPIBI) desta Comarca para o ano de 2021 e 2022, que será composta pelos membros abaixo relacionados: Mailza Ramos de Araújo, Gestora Geral, matrícula 7693; Jeberson Teles de Abreu, Gestor Administrativo III, matrícula 36762; Adriano Aparecido dos Santos, oficial de Justiça, matrícula 25622. Parágrafo único. DESIGNAR a servidora Cleonice Rodrigues de Melo, oficial de justiça, matrícula 7099 como suplente para compor a Comissão da COMPIBI em caso de eventual ausência de qualquer dos membros designados no caput.

Art. 2º. A Comissão deverá proceder com a elaboração do inventário e o seu lançamento no Sistema GMP/CISTMART, bem como encaminhar cópia atualizada ao Departamento de Controle Patrimonial.

3º. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Remeta-se cópia à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça e ao Departamento de Material e Patrimônio - DMP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Feliz Natal - MT, 11 de agosto de 2021

FERNANDO KENDI ISHIKAWA

Juiz de Direito e Diretor do Foro

Comarca de Jauru

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 31/2021 – DF

O Excelentíssimo Senhor Doutor Ítalo Osvaldo Alves da Silva, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 86 da Lei 4.964/85 (Código de Organização Judiciária do Estado – COJE) e Capítulo II, art. 4º e seguintes da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso - Foro Extrajudicial.

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Correição Ordinária no Foro Extrajudicial da Comarca de Jauru/MT, no período de 16/08/2021 a 30/09/2021, das 08h às 11h e das 13h às 17h.

Art. 2º - DESIGNAR as servidoras Cláudia de Paula Souza Oliveira, Gestora Geral e Suzamara Inácio Soares, Gestora Administrativo 3, para auxiliar os trabalhos.

Art. 3º - COMUNICAR aos Senhores Tabeliães e Oficiais de Registro dos Cartórios do Foro Extrajudicial desta Comarca.

Art. 4º - CONVIDAR o Ministério Público, advogados e membros da comunidade para, querendo, acompanharem o trabalho correicional, oportunidade em que quaisquer pessoas poderão apresentar, por escrito, reclamações e/ou sugestões relacionadas aos serviços extrajudiciais.

Art. 5º - Encaminhe-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, afixando-se no lugar de costume, dando ciência aos interessados.

Publique-se. Cumpra-se

Jauru/MT, DATE \@ "d" de "MMMM" de "yyyy" * MERGEFORMAT 10 de agosto de 2021

(assinado digitalmente)

Ítalo Osvaldo Alves da Silva

Juiz de Direito Diretor do Foro

Comarca de Feliz Natal

PORTARIA Nº 32/2021 – DF